

Nacional

estadão.com.br

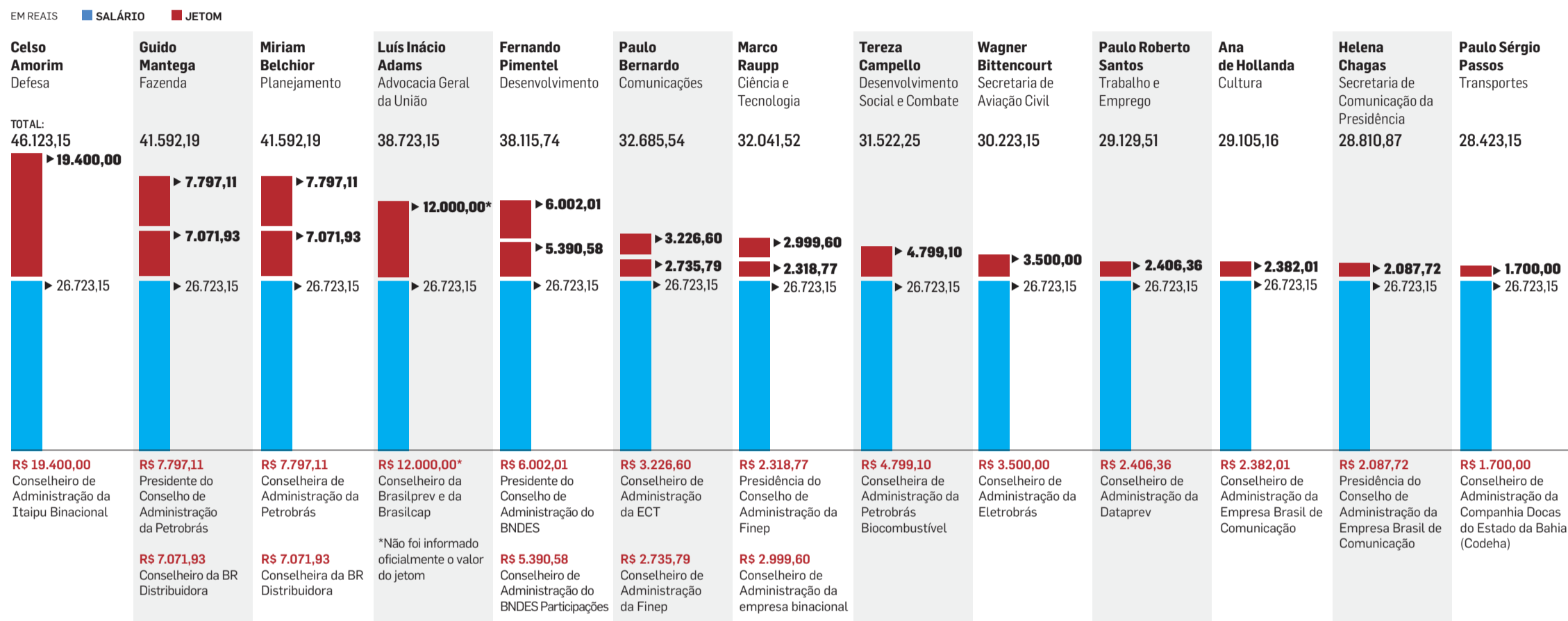
Blog. Acesse as últimas notícias no Radar Político
estadão.com.br/e/radarpolitico

Funcionalismo. Levantamento feito pelo 'Estado' nos 38 ministérios da presidente Dilma Rousseff revela que um terço dos titulares das pastas engorda os rendimentos com a participação em conselhos de estatais e empresas públicas; ainda não há regulamentação

Com jetons das estatais, salário de 13 ministros extrapola teto de R\$ 26,7 mil

SALÁRIO TURBINADO

● Ministros acumulam o salário de R\$ 26.723,15 com extras pagos por participação em conselhos de estatais e empresas públicas



Eugênia Lopes | BRASÍLIA

Artifício largamente empregado em governos passados para proporcionar uma remuneração de mercado a integrantes do primeiro escalão da Esplanada dos Ministérios, os conselhos de administração e fiscal de estatais e empresas públicas continuam a ser usados para turbinar os salários de ministros de Estado.

Levantamento feito pelo Estado nos 38 ministérios do governo da presidente Dilma Rousseff aponta que um terço dos ministros integra hoje uma elite do funcionalismo com supersalários que ultrapassam o teto salarial de R\$ 26.723,15. São 13 ministros que engordam seus rendimentos com jetons por participação em conselhos de empresas.

O campeão é o ministro da Defesa, Celso Amorim, que acumula seu salário com o pró-labore de R\$ 19,4 mil pagos pela participação no Conselho de Administração da Itaipu Binacional. São R\$ 46,1 mil mensais brutos de remuneração.

A renda do ministro poderia

ainda ser maior, se não houvesse o abate teto, mecanismo que impede Amorim de acumular na integralidade seus vencimentos de ministro da Defesa com a aposentadoria do Itamaraty. Diplomata de carreira, Amorim é aposentado do Ministério das Relações Exteriores desde 2007.

No comando da área econômica do governo, os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Planejamento, Miriam Belchior, estão empatados na segunda posição do ranking dos mais bem pagos da Esplanada, com renda mensal bruta de R\$ 41,5 mil.

Ambos são conselheiros da Petrobrás e da BR Distribuidora, com jetons que alcançam quase R\$ 15 mil mensais. Miriam Belchior poderia ganhar ainda mais: como titular da pasta do Planejamento, ela é obrigada a fazer parte do Conselho de Administração do BNDES mas, segundo sua assessoria, abriu mão de receber o pró-labore de R\$ 6 mil por essa participação.

O ministro Fernando Pimentel (Desenvolvimento, Indústria e Comércio) engorda o salário com jetons de dois conselhos: é



Campeão. Com os jetons, Amorim tem a maior remuneração

presidente do Conselho de Administração do BNDES, onde ganha R\$ 6 mil mensais brutos, e integra também o BNDESPar, recebendo R\$ 5,3 mil.

Braço direito de Dilma, Pimentel usufrui de R\$ 38,1 mil por mês de renda. O vencimento do ministro da Ciência e Tecnologia é inferior ao do advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, que acumula o salário de ministro com os jetons de duas empresas: BrasilPrev e BrasilCap, chegando a ganhar R\$ 38,7 mil mensais.

Conexões. O pagamento de jetons por estatais ou empresas públicas aumenta a renda de mais oito ministros. A maioria deles participa de conselhos que têm relação com as respectivas pastas. É o caso do ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, que integra dos conselhos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e da Finep, elevando sua renda mensal bruta para R\$ 32,6 mil.

Para tentar pôr um freio nos supersalários, o governo federal

decidiu encaminhar projeto de lei complementar que regulamenta o artigo 37 da Constituição. Esse dispositivo estabelece que nenhum servidor público pode ganhar mais que a remuneração de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Ocorre que o artigo não foi regulamentado até hoje, deixando brechas para os megassalários.

“Temos que criar um limite para que os jetons pagos a ministros tenham um teto. Tem muita gente inflando o salário com jetons”, defende a senadora Ana Amélia (PP-RS). “Essa acumulação é uma aberração, uma distorção. Afinal, os ministros acabam ganhando além do teto para exercer atividades afins a sua pasta, que são inerentes ao ministério”, afirma o líder do PSOL na Câmara, Chico Alencar (RJ).

O líder do PT no Senado, Walter Pinheiro (BA), argumenta que “é correta” a participação de ministros em conselhos de empresas que têm programas e projetos vinculados a suas pastas. “Está errado se, no meio do caminho, desvirtuaram a participação de ministros em conselhos

para complementar salário”, diz.

Regulamentação. Em fevereiro de 2011, logo após assumir uma cadeira no Senado, a hoje ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, apresentou proposta para acabar com os supersalários no Executivo, Legislativo e Judiciário associada ao projeto que pôs fim aos 14.º e 15.º salários dos parlamentares. Mas a tramitação da proposta que regulamenta o somatório das remunerações do funcionalismo até o teto não prosperou e o texto parado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) da Casa.

“É preciso saber quais são as verbas que integram o vencimento bruto e as que têm caráter indenizatório”, diz o líder do governo no Congresso, senador José Pimentel (PT-CE), que é relator do projeto na CAE.

O petista detectou erros na proposta elaborada por Gleisi Hoffmann e, daí, a necessidade de o governo enviar um novo projeto sobre o tema. A expectativa é a de que o texto seja encaminhado ao Congresso ainda no primeiro semestre deste ano.

Conselhos de estatais mantêm ex-ministros e aliados do governo

◆ Lupi e Amaral ainda recebem de colegiados de BNDES e Itaipu, assim como sindicalistas e ex-governadores

BRASÍLIA

Alvo da faxina promovida pela presidente Dilma Rousseff, o ex-ministro do Trabalho e Emprego Carlos Lupi (PDT) perdeu o cargo há quatro meses, mas manteve parte da renda salarial dos tempos de governo.

Mesmo depois de ser demitido pelo Planalto após denúncias de irregularidades no ministério, o presidente nacional do PDT continua desfrutando de pró-labore no valor de R\$

6.002 por participar de reuniões do Conselho de Administração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Lupi não é o único caso de ex-ministro beneficiado com rendimentos extras após deixar a Esplanada dos Ministérios. Titular da Ciência e Tecnologia no primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o vice-presidente do PSB, Roberto Amaral, ganha mais de R\$ 25 mil por mês como conselheiro de duas estatais.

Além de participar do colegiado do BNDES, o ex-ministro integra o Conselho de Administração da Itaipu Binacional, considerado um dos conselhos de estatais mais disputados, com um jeton de R\$ 19,4 mil.



Pró-labore. Lupi ganha R\$ 6 mil como conselheiro

Compensação. Não bastasse turbinar os salários dos atuais ministros, os conselhos de empresas estatais e públicas também funcionam como cabide de emprego, e não só para antigos ocupantes da Esplanada.

O ex-governador e ex-deputado federal Alceu Collares (PDT), por exemplo, é contemplado pelo polpudo pró-labore do conse-

PARA ENTENDER

FHC e Lula usaram jetom

O acúmulo de salários e jetons não é ilegal. Foi a saída encontrada nos governos FHC e Lula para complementar os rendimentos de altos funcionários do Executivo – bem inferiores à remuneração de ministros do STF e parlamentares.

Em fevereiro de 2011, no entanto, um reajuste de 149,5% equiparou os salários dos chefes dos três Poderes, atingindo

lho de Itaipu Binacional. Mesmo privilégio tem o sindicalista e bancário João Vaccari Neto, secretário nacional de Finanças e Planejamento do PT.

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Arthur Henrique, é outro que engorda seus vencimentos com o jeton pago pelo Conselho de Administração do BNDES.

o teto de R\$ 26.723,15. Apesar do aumento salarial robusto, o pagamento de jetom por participação de ministros em conselhos de administração de estatais permanece inalterado.

Por lei, os funcionários só podem ser remunerados por duas participações em conselhos. O valor do pró-labore não pode ser superior a 10% da média mensal de rendimentos dos membros da Diretoria Executiva, excluídas gratificações de férias, participação nos lucros, entre outros.

Ao lado de ex-ministros e sindicalistas, os conselhos de administração servem ainda para acomodar apadrinhados políticos.

Em junho de 2011, o PMDB emplacou Orlando Pessuti, ex-governador do Paraná, no conselho de Administração do BNDES. Eleito vice-governador em 2002 e em 2006, o peemedebista assumiu o governo do Para-

ná em 2010, quando Roberto Requião renunciou para concorrer ao Senado pelo PMDB.

A nomeação para o conselho do BNDES foi um prêmio dado pelo governo federal para compensar Pessuti, que desistiu de concorrer à reeleição em 2010 e, dessa forma, abriu caminho para tornar viável a aliança de PMDB e PT à candidatura de Osmar Dias (PDT).

A desistência permitiu a costura de um palanque forte para a então candidata à Presidência Dilma Rousseff no Paraná. Dias foi derrotado pelo governador Beto Richa (PSDB), mas a aliança elegeu Requião e a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann (PT), para o Senado.

Secretários executivos de ministérios também são outros beneficiados salarialmente com a participação em conselhos de estatais e empresas públicas.

É o caso, por exemplo, do número dois do Ministério das Minas e Energia, o secretário executivo Márcio Zimmermann, que integra os conselhos da Petrobrás, da Petrobrás Distribuidora e da Eletrobrás. /E.L.